

A Companhia de Jesus na América
por seus colégios e fazendas



CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker (*in memoriam*)

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

Marcia Amantino, Eliane Cristina Deckmann Fleck,
Carlos Engemann (orgs.)

**A Companhia de Jesus na América
por seus colégios e fazendas**

Aproximações entre Brasil e Argentina (século XVIII)

G a r a m o n d

Copyright © dos autores

Direitos cedidos para esta edição à

Editora Garamond Ltda.

Rua Candido de Oliveira, 43/Sala 101 - Rio Comprido

Rio de Janeiro - Brasil - 20.261-115

Tel: (21) 2504-9211

editora@garamond.com.br

Revisão

Alberto Almeida

Editoração Eletrônica

Editora Garamond

Capa

Estúdio Garamond

Sobre ilustração de *Morro do Castelo com a Praça do Palácio e a Praça de Mercado.*

Biblioteca Nacional do Brasil Schutz, Jan Frederik, 1817-1888

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C73

A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas : aproximações entre Brasil e Argentina (século XVIII) / organização Marcia Amantino, Eliane Cristina Deckmann Fleck, Carlos Engemann. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2015.

256 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9788576174233

1. Jesuítas - América do Sul. 2. Brasil - História - Século XVIII. 3. Argentina - História - Século XVIII. I. Amantino, Marcia. II. Fleck, Eliane Cristina Deckmann. III. Engemann, Carlos.

15-26350

CDD: 271.5
CDU: 27-789.5

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

<i>Apresentação</i>	7
A Companhia de Jesus e o comércio na Ibero-América (Rio de Janeiro e região do Rio da Prata, séculos XVI-XVIII)	11
<i>Marcia Amantino</i>	
A arquitetura dos colégios jesuíticos de Córdoba e Rio de Janeiro. Um estudo comparativo.....	37
<i>Carlos A. Page</i>	
A vida cotidiana dos escravos nas estâncias jesuíticas de Córdoba	65
<i>Carlos Alberto Crouzeilles</i>	
Entre os Rios de Janeiro e da Prata: laxismo, livre-arbítrio e sacramentos na posse e trato dos escravos dos jesuítas nos Colégios do Rio de Janeiro e de Córdoba (1720-1767)	85
<i>Carlos Engemann</i>	
Família e parentesco espiritual na América Espanhola: os escravizados da Estância de Caroya (Argentina), século XVIII.....	113
<i>Jonis Freire</i>	
Os colégios e boticas da Companhia de Jesus como centros de formação intelectual e de difusão da cultura científica na América platina setecentista	143
<i>Eliane Cristina Deckmann Fleck</i> <i>Roberto Poletto</i>	
As reformas borbônicas e josefinas e a expulsão dos jesuítas na Ibéria setecentista	183
<i>Marieta Pinheiro de Carvalho</i> <i>Érica Sarmiento</i>	
A expulsão da Companhia de Jesus em Buenos Aires: o confisco e venda de suas temporalidades rurais (Colégio de San Ignacio e Residência de Belén, 1767-1840)	217
<i>María Valeria Ciliberto</i>	
<i>Sobre os autores</i>	255

Apresentação

A obra que ora apresentamos aos leitores é um dos resultados de um projeto coletivo de pesquisa e compartilhamento de fontes, bem como de discussões e trocas de ideias. Tal projeto, que obteve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, intitulado “Colégios e fazendas da Companhia de Jesus: um estudo comparado entre o colégio do Rio de Janeiro e o colégio de Córdoba, século XVIII” (E-26/111.105/2013), gerou encontros, discussões e boa parte dos textos que compõem esta obra.

O mote do trabalho foi, desde o início, promover, em grande medida, uma análise, a partir de uma perspectiva comparada, do papel desempenhado pelos colégios e pelas fazendas da Companhia de Jesus, debruçando-se, especialmente, sobre o Colégio do Rio de Janeiro (América portuguesa) e sobre o Colégio de Córdoba (América hispânica) no Seiscentos e no Setecentos. No Rio de Janeiro, os jesuítas, por meio de seu Colégio, eram administradores das fazendas e engenhos de São Cristóvão, do Engenho Velho, do Engenho Novo, de Santo Ignácio dos Campos Novos, de Sant’Anna de Macaé, dos Campos dos Goitacazes, da Papucaia de Macacu, do Saco de São Francisco Xavier e de Santa Cruz. Já o Colégio de Córdoba era responsável por uma série de fazendas, destacando-se dentre elas Santa Catalina, Caroya, Jesus Maria e Alta Gracia.¹

Os textos aqui reunidos são representativos de uma nova historiografia brasileira e argentina e, quando analisados em conjunto, permitem

1 TELESKA, Ignacio. *Esclavos y jesuítas*: El colegio de Assunción del Paraguay. In: *Archivum Historicum Societatis Iesu*. Vol. LXXVII, fasc. 153, jan-jun. 2008; FERNANDEZ, Angela Maria. *La población esclava de la estancia jesuítica de Alta Gracia, Córdoba (1767-1771)*. Congresso sobre História da população da América Latina. Ouro Preto, julho de 1989; AGUILAR, Jurandir Coronado. *Conquista espiritual*: a história da evangelização na Província Guairá na obra de Antonio Ruiz Montoya, 1585-1652. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2002.

a identificação de alguns pontos a respeito da presença da Companhia de Jesus nas duas áreas em questão. Optamos por não apresentar cada um dos textos em separado para que o leitor possa, nesse momento, ter uma visão geral da obra e de suas contribuições às discussões sobre a presença da Companhia de Jesus no Brasil e na Argentina.

Uma das conclusões apresentadas é a demonstração de que as fazendas/engenhos/*haciendas*, apesar de estarem inseridas em espaços geográficos diferentes e submetidas a duas coroas católicas, possuíam variadas semelhanças entre suas estruturas, na medida em que faziam parte de um complexo maior que era o projeto missionário jesuítico. Observam-se também as intrincadas formas que os inicianos encontraram para gerar riqueza, utilizando-se para isto das doações de terras e do controle sobre a mão de obra indígena e negra em terras da América portuguesa e espanhola. Os textos apontam ainda, para a existência de conflitos entre os jesuítas e a sociedade que circundava as fazendas/engenhos e as *haciendas* decorrentes de problemas locais, principalmente o controle sobre a mão de obra indígena, mas também de caráter mais amplo que envolviam decisões metropolitanas ou romanas. A partir do levantamento dos acervos das boticas das fazendas e das bibliotecas afetas aos Colégios jesuíticos do Rio de Janeiro e de Córdoba, foram evidenciadas formas de circulação de saberes relativos à gestão de pessoas e de propriedades, bem como de práticas médicas entre as distintas áreas de atuação da Companhia de Jesus, envolvendo estes centros de formação instalados na Europa, no Oriente e na América. Um outro grupo de textos sinaliza para as questões ligadas à administração dos bens jesuíticos pelas Coroas portuguesa e espanhola no momento posterior à expulsão, apontando inúmeras semelhanças e/ou diferenças na ação de ambas as monarquias. Também identificam como se sucederam as ações e práticas dos funcionários coloniais nomeados para administração dos colégios do Rio de Janeiro e de Córdoba.

Num apanhado geral do projeto, temos oito textos contemplando os colégios jesuíticos de Córdoba e do Rio de Janeiro ao longo dos séculos XVII e XVIII, trabalhados por dez autores de sete instituições diferentes. Num esforço conjunto, buscou-se mapear os principais aspectos das histórias de dois dos mais importantes colégios da América colonial. Importância devida não só ao seu tamanho e relevância em diferentes

áreas da vida cotidiana, mas também à sua representatividade para as histórias econômicas das áreas em questão.

Além disso, agrega-se valor pela infinidade de sendas abertas pelos textos que buscam muito mais apresentar questões do que resolvê-las. Sabemos que nenhuma história se esgota em uma obra, e por isso mesmo, a intenção deste projeto foi, desde o início, indicar múltiplas possibilidades de investigação a partir de um mesmo objeto, apontando para o diálogo entre os que estudam facetas de uma mesma realidade.

A viabilização de um projeto desta monta viria a contribuir, de modo significativo, para o conhecimento das origens e das transformações que estas duas áreas sofreram no curso de suas histórias. As atividades econômicas da Companhia de Jesus revelam alguns indícios sobre a história econômica da América portuguesa e da espanhola coloniais. O papel dos ranchos e das fazendas jesuíticas deve ser pensado no bojo da expansão da fronteira colonial, pois suas enormes extensões de terra propiciaram a formação de barreiras contra invasões dos índios e suas atividades comerciais ajudaram a cimentar e desenvolver vínculos econômicos e comerciais com outros centros.

Percebe-se, nos capítulos aqui apresentados, um conjunto de obras que se voltam, de formas variadas, para a análise do papel econômico desempenhado pelos religiosos da Companhia de Jesus, tema que é, em certa medida, negligenciado pelos historiadores que analisam a presença desta ordem nas Américas, principalmente, a portuguesa.² Poucos são os historiadores que apresentam questões referentes à administração dos bens jesuíticos. Esse livro pretende, assim, contribuir para a diminuição desta quase ausência temática a respeito do papel destes religiosos na capitania do Rio de Janeiro e na Província Jesuítica do Paraguai.

Os Organizadores

2 Esta não é uma situação que se refere apenas às temáticas relacionadas aos jesuítas. Pelo contrário. No Brasil, a partir de meados da década de 80 do século XX já se assistia a um rápido desinteresse dos historiadores sobre a História econômica como decorrência do mesmo processo que se vivia no exterior. Sobre esta discussão ver FRAGOSO, J e FLORENTINO, M. História econômica. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997, p.27-43.

A Companhia de Jesus e o comércio na Ibero-América (Rio de Janeiro e região do Rio da Prata, séculos XVI-XVIII)³

Marcia Amantino

Também se pode intentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados dos de São Paulo, marcharmos como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa e as minas de que delas a Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despesas. (VIEIRA, 2008, p. 122)

Segundo Pedro Cardim e Gaetano Sabatin, estas ideias defendidas por Vieira a respeito da geopolítica portuguesa pode ser identificada como parte de um conjunto de suas posições políticas e religiosas universalistas. Naquele momento, o padre já apregoava o universalismo português em detrimento do castelhano que havia sido sua bandeira até a Restauração portuguesa em 1641. Antes dessa mudança política, o líder desse projeto, segundo o jesuíta, seria o rei espanhol, mas com a chegada do Duque de Bragança ao poder, os escritos e atitudes do padre inaciano mudaram rapidamente e seus discursos passaram a mostrar uma forte conotação anticastelhana. Ainda que o universalismo tenha adquirido contornos diferentes em cada região, pode-se dizer que na Península Ibérica ele esteve fortemente ligado à expansão do

3 Este texto é um dos resultados do projeto coletivo financiado pelo CNPq intitulado “Sobre o papel desempenhado pelos colégios e fazendas da Companhia de Jesus: um estudo comparado entre o Colégio do Rio de Janeiro e o Colégio de Córdoba - século XVIII” que envolve pesquisadores da Universidade Salgado de Oliveira e da Universidade do vale do Rio dos Sinos-UNISINOS.

século XVI e à ideia de união entre os povos cristãos, com concepções providencialistas, messiânicas e milenaristas. A partir do momento em que Vieira começou a defender a Dinastia de Bragança, suas missivas passaram a apresentar a ideia de que a conquista espiritual da América portuguesa seria a base para o projeto universalista dessa mesma dinastia (CARDIM e SABATINI, 2011, p. 13-27). A expansão e a conquista de terras, de gentes e suas almas e de riquezas seriam as peças propulsoras capazes de assegurar os projetos reais e, para isso, inúmeras soluções foram apresentadas pelo jesuíta, que acabou se tornando uma espécie de porta-voz de vários membros de sua ordem e teve bastante influência sobre os rumos tomados na América ibérica.

Em 1648, no auge da guerra entre Portugal e Espanha provocada pelo fim da União Ibérica, a questão do Rio da Prata estava na ordem do dia. Para Vieira, tal área deveria ser conquistada pelos lusos a fim de manter não só o fornecimento de prata em moedas que circulavam nas praças da América portuguesa, mas também para reatar o comércio entre os mercadores de escravos, principalmente do Rio de Janeiro e da Bahia, com os que viviam na América hispânica.

Em outro trecho de sua missiva, o jesuíta afirmou que a primeira região que deveria ser conquistada de Castela era o Chile, por ser “passo para as serras e minas do Peru, em que estão depositados os maiores tesouros das Índias Ocidentais”. Para obterem seu intento, deveriam utilizar o porto do Rio de Janeiro “que fica no meio da viagem, e é mui capaz de nele se refazerem os navios e se proverem do necessário” (VIEIRA, 2008, p. 121).

Nessa carta Vieira estava tratando de um assunto grave de sua época – a permanência dos holandeses no Nordeste brasileiro e a guerra travada entre Portugal e Espanha que minava todos os recursos humanos e monetários (MELO, 2010; Alencastro, 2000; Boxer, 2011) – mas a solução proposta pelo religioso fazia clara referência ao passado. E desse passado a Companhia de Jesus foi um dos elos importantes que uniu as duas regiões, ainda no século XVI, mas que colocou os inácios em posições opostas e antagonicas a respeito de que coroa deteria o domínio da região do Rio da Prata.

Serafim Leite, historiador jesuíta cuja obra foi publicada em 1945, ao explicar essas posições políticas e militares conflitantes entre os

religiosos da Companhia de Jesus lembra que “os jesuítas do Brasil defendiam a bandeira portuguesa, os jesuítas do Paraguai, a bandeira espanhola”. Completava sua ideia alegando que a Companhia de Jesus estava acima dos religiosos que lutavam do lado português ou espanhol, “os jesuítas de Portugal e do Brasil são uma coisa, os de Espanha e do Paraguai outra, e a Companhia de Jesus outra... [e esta] coloca-se superior a eles, como corporação religiosa internacional” (LEITE, 1945, t. VI, p. 557). Grande parte desse comportamento pode ser explicado em função da existência do quarto voto dos inacianos, ou seja, além dos votos tradicionais das demais ordens – pobreza, castidade e obediência –, os jesuítas professavam um voto de obediência ao papa representando também o compromisso de mobilidade em direção às terras ocupadas por populações que precisavam ser trazidas para a cristandade (EISENBERG, 2000, p. 36).

Este caráter internacional da ordem é essencial para o entendimento de muitas de suas ações ou posturas políticas, econômicas e religiosas. Apesar de estarem sob o domínio desta ou daquela coroa, havia também entre os religiosos da Companhia de Jesus a convicção de que eram homens com um projeto cristão que estava acima desses interesses. O fato de pertencerem à Companhia de Jesus fazia daqueles homens, oriundos de variadas partes da Europa, elementos comprometidos com o *modo de proceder* dos jesuítas. Dito de outra forma: havia uma série de atitudes e comportamentos que eram esperadas e que precisavam ser seguidos por todos os religiosos da ordem. As Américas, também conhecidas como Índias, eram espaços privilegiados para um jesuíta comprometido com sua salvação e a dos demais. Ali estaria em contato permanente com povos selvagens, desconhecedores das palavras sagradas, com naturezas também selvagens e que precisavam, da mesma forma que os homens, de alguém que as domassem por meio do conhecimento (SANCHEZ, 2007, p. 178).

A crença de que as Américas seriam o espaço de martírio e de consequente salvação não significou, de forma alguma, que as diferenças entre esses homens não aparecessem de maneira constante. É oportuno lembrar que no interior da ordem, tanto na Europa como nas outras partes do mundo onde viviam jesuítas, havia opiniões conflitantes,

formas diferentes de encarar a fé e as práticas cotidianas envolvendo ou não assuntos ligados à religião (MARTINEZ, 2012, p. 220).

De qualquer maneira, suas atuações em diferentes partes do mundo, catequizando gentes de línguas e costumes variados e ligados a coroas com interesses conflitantes, acentuaram ainda mais o que já estava em suas práticas: o caráter supranacional da instituição. De acordo com Serge Gruzinski, os jesuítas teriam desenvolvido nessas diferentes regiões de atuações uma “rede internacional” (GRUZINSKI, 2001, p. 180).

Essa “rede internacional” foi ainda mais fortalecida durante os anos de 1580 a 1640, quando ocorreu a união das duas coroas, transformando-se assim no que Gruzinski denominou de “Monarquia católica”. A partir daí, ainda segundo esse autor, os continentes foram reunidos, aproximados ou conectados desenvolvendo “várias formas de governo, de exploração e de organização social; confronta[ndo], de maneira às vezes brutal, tradições religiosas totalmente distintas”. Todavia, demonstrou Gruzinski, não houve uma supremacia dos interesses e valores castelhanos sobre as demais sociedades que compunham a Monarquia católica. Tratava-se de uma “terra de mesclas, de confrontações e de conflitos” e, para viver nas variadas sociedades coloniais e também para governá-las, entendeu-se que cada qual tinha um papel dinâmico na estrutura imperial e que as redes internacionais faziam com que uma nova sociedade emergisse dessas relações (GRUZINSKI, 2001, p. 185).

A Companhia de Jesus estava inserida nessas estruturas e nessas redes até mesmo por suas próprias características supranacionais. Todavia, em vários momentos os conflitos de interesses entre os jesuítas que estavam nas possessões espanholas e os que viviam nas terras portuguesas ficaram latentes, e as disputas e lutas entre suas facções de indígenas foram inevitáveis.

Mesmo antes do período da União Ibérica, os jesuítas que estavam no Brasil acreditavam, e procuraram comprovar de diferentes maneiras, que as terras da região do Rio da Prata pertenceriam à coroa lusa e que, portanto, nada mais natural que se estabelecerem nestas localidades para converterem o maior número possível de almas (GADELHA, 1980, p. 190). Esta crença ficou ainda mais fortalecida com a criação da Prelazia

do Rio de Janeiro em 19 de julho de 1576. Por esse documento, os limites desta Prelazia iam desde a capitania do Espírito Santo até o Rio da Prata, tanto pelo litoral quanto pelos sertões. A diocese, criada apenas em 1676, manteve a mesma jurisdição territorial (LEITE, 1945, t. VI, p. 534).

Por volta de 1557, alguns jesuítas que estavam na capitania de São Vicente informaram que lá viviam muitos castelhanos e que estes diziam haver índios carijós no Paraguai, desejosos de serem convertidos. Informaram ainda que o bispo, Francisco de Victória, identificado erroneamente pelos padres como sendo da ordem de São Francisco, quando era na realidade um dominicano, também ansiava pela presença dos inacianos em seu bispado. A informação continuava relatando que o próprio padre Manoel da Nóbrega, alguns anos antes, quis ir para a região, mas que foi dissuadido primeiro pelo governador geral, Tomé de Sousa e depois pelo padre superior Luiz de Grã (*História dos colégios do Brasil*, 1897, p. 124). O argumento de Nóbrega para justificar sua ida era que os índios do Brasil já haviam dado claras indicações de que eram “gente de condição mais de feras bravas que de gente racional” e, conseqüentemente, havia pouca esperança de realmente controlar a terra e torná-los cristãos verdadeiros. Por outro lado, na concepção do jesuíta, os carijós, índios que estavam sob o domínio dos castelhanos, eram muito mais dóceis e aceitavam plenamente os ensinamentos da fé. Mas havia também outra razão apontada pelo padre, esta de caráter mais prático. Segundo suas informações, a capitania de São Vicente estava se despovoando por causa da pobreza, e seus moradores estavam adentrando o Paraguai. A ideia do religioso era que a Companhia de Jesus se estabelecesse por lá tendo “um ninho onde se recolhesse quando São Vicente se despovoasse” (NÓBREGA, 1988, p.174-175). Entretanto, era exatamente esse despovoamento que o governador geral queria evitar, a fim de não deixar a região sul da colônia totalmente desguarnecida (GADELHA, 1980, p. 190).

O período da União Ibérica só reforçou essas ideias e, conseqüentemente, o incremento das relações comerciais entre as regiões, aumentando, por outro lado, os conflitos entre as populações. A vontade de Nóbrega de ter padres inacianos que viviam na América portuguesa na parte que estava sob o domínio da Espanha foi finalmente concretizada

por volta de 1586. O início da presença dos jesuítas na região de Tucumã colonial tem ligação direta com as relações estabelecidas entre seu bispo, Frei Francisco de Victória, que era português, o padre provincial do Peru, o padre Piñas e o do Brasil, o padre Cristóvão Gouveia. Interessanos, neste momento, a relação do bispo com a América portuguesa, pois além de propiciar a entrada dos religiosos da Companhia de Jesus na região, Frei Francisco de Victória também foi um dos responsáveis pela introdução do comércio, clandestino ou não, entre a América portuguesa e a região do rio da Prata. Joaquim Gracia, historiador jesuíta, cuja obra *Los jesuítas en Córdoba* (GRACIA, 2006) foi publicada em 1940, fornece informações importantes para o entendimento da chegada dos inacianos à região e mostra o papel que a Província Jesuítica do Brasil teve nesse estabelecimento. Citando um documento consultado por ele no Arquivo de Sevilha, informa que,

Salieron de B. Aires em uma fragata que allí se hizo – y costó \$ 4.000 –, a 20 de octubre de 1585, Diego de Palma Carrillo, y el Licenciado D. Francisco Salcedo com los despachos y cartas del Rmo. Sr. Obispo. Llegaron a la capitania de S. Vicente, donde se detuvieron veintiséis dias, y allí compraron outro navio nuevo por mil ducados y dieron el que llevaban por estar comido de croma (GRACIA, 2006, t. I, p. 40).

De acordo com Alice Canabrava, “os objetivos comerciais da expedição estavam mascarados com propósitos de trazer jesuítas da cidade da Bahia e de descobrir a rota de navegação para o Brasil” (CANABRAVA, 1984, p. 83). A embarcação chegou a Salvador no início do mês de março com cerca de 30.000 pesos em prata e ouro e por lá ficou em torno de seis meses. A tripulação partiu no dia 20 de agosto de 1586, depois que o preposto do bispo, Diogo de Palma Carillo, comprou outro navio de “35 a 40 toneladas que, costó, puesto a la vela, mil ducados” (GRACIA, 2006, t. I, p. 40). Além do preposto, faziam parte da tripulação o deão português Francisco de Salcedo e o montanhês Alonso de Vera, interessado no comércio de negros (CANABRAVA, 1984, p. 83). Foram acompanhados em sua viagem de regresso por seis padres da Companhia e inúmeras mercadorias que compraram,

como escravos, utensílios para a fabricação de açúcar e peças de ferro. Receberam também do governador da Bahia, Manuel Teles Barreto, como se fossem presentes dados ao bispo, vários escravos e mais mercadorias avaliadas em 150.000 pesos, que provavelmente seriam vendidos em Tucumã. Canabrava, citando R. Cárcano, afirma que a maior parte dessas mercadorias era composta de gado vacum. Nesse percurso pararam em vários portos e só chegaram à boca do Rio da Prata em 20 de janeiro de 1587. Quando estavam quase chegando a Buenos Aires foram atacados por piratas ingleses e despojados de tudo o que traziam (CANABRAVA, 1984, p. 83).

Deixando de lado por enquanto as questões econômicas do bispo e das relações comerciais entre a região de Tucumã e a América portuguesa, e voltando aos primeiros jesuítas que saíram da América portuguesa e chegaram à América espanhola, sabe-se que, depois de refeitos do susto do ataque dos piratas ingleses e de descansar, rumaram para a região de Tucumã iniciando a conversão de índios, colonos e espanhóis nas proximidades de Santiago de Estero, Salta e em Córdoba. Surgiu então um problema administrativo. Os padres enviados do Brasil estariam sob a dependência do Provincial do Peru ou do Brasil? A solução encontrada foi muito mais política que religiosa. Como Filipe II não queria que se misturassem as missões e os negócios dos espanhóis com os portugueses, provavelmente interferiu para que o superior da ordem, o padre Claudio Acquaviva, determinasse que a nova missão ficaria sob a responsabilidade e dependência da Província Jesuítica do Peru (GADELHA, 1980, p. 191). Os padres Leonardo Armini e Esteban de Grão não concordaram com essa decisão e retornaram ao Brasil (GRACIA, 2006, t. I, p. 51). Permaneceram na região apenas três religiosos: um português, um catalão e um irlandês, demonstrando a gama variada de procedências dos padres da Companhia de Jesus (KERNS, 1999, p. 112-126).

O bispo Vitória continuou realizando novos envios de prata, tecidos e outros produtos para a América portuguesa e, ao deixar o bispado, acusado por seus inimigos de contrabando e de enriquecimento ilícito, embarcou para o Brasil com “recursos consideráveis”. Ele foi, segundo CANABRAVA (1984, p. 85), “senhor de largos recursos, vinculado às

autoridades da Audiência de Charcas, relacionado no Brasil, fez de sua diocese o centro de vastas operações comerciais que compreendiam a região de Potosí, por um lado, e o Brasil por outro”.

Mas não foi só o bispo de Tucumã que realizou negócios entre as duas partes das possessões ibéricas. Charles Boxer, em 1952, já havia demonstrado as relações familiares e comerciais envolvendo a família de Salvador Correia de Sá, governador da capitania do Rio de Janeiro de 1568 a 1571, e depois de 1577 a 1598, e membros da elite administrativa da América espanhola. Os casamentos entre estes fortaleceram interesses financeiros e políticos e abriram caminho para facilitar a entrada e a permanência de pessoas nos dois lados da América (BOXER, 1973).

Em 1573, Don Jerónimo Luis de Cabrera havia fundado a cidade de Córdoba, posicionada em lugar estratégico, na confluência dos caminhos que ligavam Buenos Aires – e, conseqüentemente, o litoral – com as estradas que iam para Cuyo, Chile e, principalmente, o Alto Peru, onde se localizava a cidade mineradora de *Potosí*. Progressivamente, Córdoba foi se transformando em um “importante centro de referência económica, social y cultural de la región tucumana” (PEÑA, 1997, p.63).

Finalmente, em 1599, os padres jesuítas se estabeleceram definitivamente em Córdoba, abandonando suas missões volantes na região. A cidade havia sido escolhida pelo superior, o padre Romero, para ser sede do colégio em virtude de uma série de vantagens frente às outras regiões, nas quais o calor sufocante, as enchentes dos rios e a extrema pobreza de seus campos impediriam o avanço do projeto catequético jesuítico. Córdoba era

El corazón del territorio, y lugar de fácil confluencia de las regiones... entonces pequeño núcleo de población, pero que, andando el tiempo, tendría que sobrepujar, a las demás ciudades de la Gobernación, por su rápido progreso material, espiritual y científico. (GRACIA, 2006, t. I, p. 84).

A disposição geográfica de Córdoba, associada ao clima e ao solo, propiciou condições favoráveis para a criação de gado bovino,

posteriormente substituído por mulas, e para o cultivo de produtos variados (SCHWARTZ e LOCKHART, 2010, p. 318). Somado a isto, desde 1588 Córdoba já era um centro de redistribuição também de escravos vindos do Brasil, por meio do comércio legal e da clandestinidade, e que entravam pelo porto de Buenos Aires, restaurado em 1580 pelos interesses dos comerciantes de Assunção visando a atingir o mercado de Potosí.

A ideia desses comerciantes havia sido transformar o porto de Buenos Aires numa rota alternativa à do Panamá, visando o abastecimento de Potosí. A rota do Panamá pressupunha a utilização de mulas, o embarque das mercadorias até Callao e mais um caminho terrestre cruzando o Perú. Dali seguia para as cordilheiras, atravessava o altiplano e chegava a Buenos Aires (VILLALOBOS, 1990, p. 39). Todo esse trajeto fazia com que as mercadorias chegassem a preços muito elevados e sem a participação dos comerciantes de Assunção.⁴ Piorando muito a situação econômica desses comerciantes, havia uma concorrência com os comerciantes portugueses estabelecidos em Buenos Aires e adjacências, e a região que ficava sob influência de Assunção perdeu territórios e comunicação com o rio da Prata em 1616, quando foi finalmente desmembrada (BREZZO, 2010, p. 17). Os portugueses que já viviam em Buenos Aires havia algum tempo, e serviam de intermediários entre os compradores e os fornecedores de produtos, incluindo escravos vindos da América portuguesa, foram os maiores beneficiados com essa nova configuração política e econômica. Segundo Stuart B. Schwartz, grande parte desses portugueses eram cristãos novos e seus descendentes, que fugiam das investidas do Tribunal do Santo Ofício em Portugal e viam esta parte da colônia, que nesse momento estava sob o mesmo reinado de Filipe III, um bom refúgio para suas vidas e fortunas (SCHWARTZ, 2008, p.216).

Segundo Lía QUARLERI (2009, p. 75), com a União Ibérica, o porto de Buenos Aires se transformou rapidamente em um polo que atraía os interesses das províncias do interior, da região do Alto Peru e do

4 Os comerciantes de Assunção acabaram por se ver fora dos benefícios econômicos, pois se no início do século XVI a cidade era tida como “*amparo de la conquista*” e “*madre de todos*”, rapidamente acabou isolada.

Atlântico, havendo um forte incremento populacional com portugueses, espanhóis, *criollos* e mestiços, sem falar é claro, nos escravos, índios e negros. Toda essa mistura de pessoas e de interesses produziu um intenso aumento nos intercâmbios comerciais, fazendo com que o porto de Buenos Aires se transformasse numa rota alternativa àquela que unia a Espanha com Lima.

A cidade de Potosí havia sido criada a mais de seis mil metros de altitude, numa região inóspita em 1545. A base de sua economia era a exploração de prata, e a cada ano a cidade recebia mais e mais pessoas em busca do enriquecimento. Por volta de 1546 sua população já beirava 14.000 habitantes; entre 1569 a 1581 já havia atingido 120.000 pessoas. Em 1611 foi estimada em 114.000 indivíduos e em meados o século XVI havia um total de 160.000 pessoas (CANABRAVA, 1984, p. 35).

Para alimentar todas essas pessoas e abastecer a cidade com produtos cotidianos e de luxo, era necessário recorrer à importação proveniente das regiões vizinhas e da Europa. As cidades da região de Tucumã rapidamente tornaram-se abastecedoras desse mercado, seja com produtos cultivados e criados ali mesmo, seja como ponto de redistribuição do que chegava pelo porto de Buenos Aires recebendo prata em pagamento. Parte desta era novamente trocada por mercadorias no porto, e os escravos eram um dos principais objetos de negociações. Significativa quantidade dessa prata chegava à capitania do Rio de Janeiro, e outra seguia para Lisboa. De acordo com o cronista Ambrósio Fernandes Brandão, a cidade do Rio de Janeiro possuía grande comércio “porque vêm a ela muitas embarcações do Rio da Prata, que trazem riqueza muita em patacas, que comutam por fazenda, que ali compram; donde tornam a fazer viagem para o mesmo rio” (BRANDÃO, s/d, p.59-60).

Com o fim da União Ibérica, a situação mudou bastante para os colonos que viviam na América portuguesa. De 1640 a 1680, inúmeras foram as consultas ao Conselho Ultramarino sobre as melhores formas de se ter acesso às terras situadas nas proximidades do rio da Prata. Os moradores da colônia lusa percebiam que era importante ocupar aquelas terras não só para tentar retomar o comércio com o porto de Buenos Aires, mas também para criarem gado a fim de obterem carnes

e couros (QUARLERI, 2009, p. 92). Assim, ao longo do século XVII o contrabando se acentuou bastante “*debido a la proximidad de las colonias portuguesas, especialmente con la fundación de Sacramento, em 1680, en la orilla norte del rio de la Plata, frente a Buenos Aires, y la posesión de la isla de San Gabriel en las aguas del río*” (VILLALOBOS, 1990, p. 41).

Seguindo as tropas que fundariam a nova colônia portuguesa, havia um grupo de índios liderados por dois inacianos. Um deles seria o futuro superior na região, o padre Manuel Pedroso, e o outro, o padre Manuel Álvares. No dia 10 de fevereiro de 1680 já haviam sido construídas quatro casas na nova colônia, e uma delas era a dos padres da Companhia de Jesus. Essa residência estava sob a administração do colégio do Rio de Janeiro e em seu catálogo de 1683 aparecia com duas denominações: “Residência do Rio de la Plata” e “Residência da Nova Colônia dos Portugueses”. Em função de inúmeras lutas entre Portugal e Espanha pela região, essa residência também teve altos e baixos, incluindo a prisão por dois anos e meio dos dois jesuítas que foram enviados com a missão de fundá-la (LEITE, 1945, t. VI, p. 540, 544).

Serafim Leite tentou explicar os conflitos e as lutas travadas entre os jesuítas portugueses e espanhóis argumentando que nessas peijas não estavam os religiosos e sim os defensores das duas coroas. Seja como for, o governador português, que nesse momento era prisioneiro dos espanhóis, em carta escrita ao seu rei quatro dias antes de morrer, afirmou que os índios liderados pelos jesuítas espanhóis cometeram toda a sorte de crueldades com os moradores e defensores da colônia. Segundo sua informação, teriam partido dos jesuítas as ordens para que os índios matassem todos os brancos e “suposto que de homens religiosos e sacerdotes, se não pode crer tal crueldade, os feitos foram tais que dão bastante ocasião para se dar crédito a essa fama” (LEITE, 1945, t. VI, p. 541).

Os padres da Companhia de Jesus estavam, naquele momento, em posições antagônicas. De um lado, os que defendiam a bandeira espanhola argumentavam que a presença dos portugueses na região faria com que as terras que pertenciam aos índios fossem tomadas. Seus argumentos baseavam-se no fato de que, anos antes, os paulistas haviam invadido e saqueado as missões indígenas. Do lado português,

os argumentos que defendiam a propriedade daquelas terras se baseavam no fato de que, na verdade, elas sempre tinham sido portuguesas. O Padre Manuel Álvares convenceu um grupo de índios guaranis a vender carne e cavalos aos portugueses usando esse argumento.

Quando a Espanha devolveu a Colônia do Sacramento aos portugueses, o padre Cristóvão Altamirano, superior das reduções do Paraguai, foi enfático. Para ele, ocorreriam inúmeros prejuízos aos cofres espanhóis: os portugueses vendiam os produtos pela metade dos preços de Castela e por muito menos que os produtos vindos do Peru; a prata se escoaria toda para as possessões portuguesas; os inimigos da Espanha, aliados de Portugal, atingiriam facilmente as terras usando como pretexto o comércio; e, por fim, os índios que já estavam aldeados e pacificados ou mesmo os rebeldes teriam a chance de obter armas com os inimigos da coroa espanhola e poderiam se levantar (LEITE, 1945, t. VI, p. 545).

Os descaminhos da prata

Apesar de os jesuítas e seus índios aldeados terem sido importantes em todo o processo que culminou na fundação da colônia do Sacramento e em momentos posteriores da colonização lusa e espanhola, havia entre algumas autoridades da América Ibérica a crença de que eles estavam envolvidos em várias negociatas e contrabandos. O descaminho da prata de Potosí era uma das atividades que se tentou imputar aos padres, mas sem grandes vitórias.

As autoridades portuguesas acreditavam que os padres da Companhia realizavam remessas clandestinas de prata entre seus colégios situados na América portuguesa e espanhola e ainda compravam ou trocavam o metal em suas propriedades. A gigantesca fazenda de Santa Cruz, na zona oeste da capitania do Rio de Janeiro é um exemplo dessa situação. A partir de uma doação inicial de terras, os inicianos aumentaram significativamente a extensão da fazenda até atingirem dez léguas em quadra. O que teria levado os jesuítas a ter tanto interesse na montagem desse gigantesco complexo de terras? Uma possibilidade pode ser a sua localização estratégica. Pela fazenda atingia-se facilmente a capitania de São Vicente e seu litoral estava no caminho da rota que

escoava a prata vinda de Buenos Aires (FRIDMAN, 1999, p. 186). Os peruleiros, embarcações com prata de Potosí e da região do Rio da Prata, paravam em terras da fazenda para comprar gado e pagavam com o metal. Por mais que as autoridades tentassem controlar esse comércio, era bastante difícil devido às distâncias. Além disto, a partir das descobertas de ouro nas Minas Gerais, as terras da fazenda também se apresentaram como vias de entrada e de saída de homens e, mais importante, de possível ouro contrabandeado (FREITAS, s/d, p. 143-4).

Por mais que as autoridades soubessem desses descaminhos não conseguiam, na maior parte das vezes, comprovar as negociações ilegais. Ernst PIJNING (2009, p. 183), analisando as dificuldades enfrentadas pelo governador do Rio de Janeiro entre os anos 1725 e 1732, Luis Vahia Monteiro, demonstrou que o contrabando era um dos principais pontos de disputa entre essa autoridade, a Câmara e os religiosos da cidade. Segundo ele, “os portos menores do sul do Rio de Janeiro eram um ímã para contrabandistas locais e estrangeiros. Perto da antiga rota para as minas de ouro, portos como Parati e Angra dos Reis eram lugares ideais para trocar ouro contrabandeado por produtos europeus”. A fazenda de Santa Cruz localizava-se exatamente nas proximidades dessas regiões.

Em setembro de 1750, Gomes Freire de Andrade (Conde de Bobadela), governador das capitânicas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, escrevia uma carta ao governador da Colônia do Sacramento. Nela, os padres jesuítas foram citados como embaraço para o governo português na medida em que, por serem violentos, poderiam inutilizar ou atrapalhar as investigações sobre o contrabando no porto de Buenos Aires (Carta de Gomes Freire de Andrada para o governador da Colônia de Sacramento).

Em março de 1760, Gomes Freire de Andrade escreveu um ofício ao secretário do Estado do Reino e Mercês, conde de Oeiras, informando as quantidades de prata extraviadas pelos padres da Companhia de Jesus em Buenos Aires e o método de escoamento que eles adotavam para tirar o metal daquela região sem o conhecimento dos castelhanos. Segundo o documento, houve uma ordem expressa de que a prata retirada dos castelhanos e que circulava na cidade do Rio de Janeiro deveria ser transportada para Lisboa, a partir daquela data, sempre nos navios das frotas.